

MARCELO DASCAL
(ORG.)
FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA LINGÜÍSTICA

Copyright © 1982

VOLUME IV

PRAGMÁTICA -
PROBLEMAS, CRÍTICAS,
PERSPECTIVAS DA LINGÜÍSTICA -
BIBLIOGRAFIA

M. DASCAL	W. V. O. QUINE
Y. BAR-HILLEL	N. CHOMSKY
E. BENVENISTE	J. J. KATZ
R. C. STALNAKER	R. C. DOUGHERTY
H. P. GRICE	D. PARISI
C. F. HOCKETT	C. CASTELFRANCHI
	H. SCHNELLE

Reservados todos os direitos por
Marcelo Dascal
Rua Pirassununga, 399
13100 - Campinas, SP

Pedidos:

C. Postal 1828 - 13100 Campinas, SP
ou pelo telefone (0192) 52-0919

CAMPINAS
1982

Edição limitada, financiada pelo organizador,
com a colaboração de professores e alunos do
departamento de lingüística, Instituto de Es-
tudos da Linguagem, UNICAMP.

PARTE V: PRAGMÁTICA..... 5

- Marcelo Dascal*
Introdução7
- 1 — *Yehoshua Bar-Hillel*
Expressões Indiciais.....23
- 2 — *Emile Benveniste*
A Natureza dos Pronomes.....51
- 3 — *Robert C. Stalnaker*
Pragmática.....59
- 4 — *H. Paul Grice*
Lógica e Conversação81
- 5 — *Marcelo Dascal*
Relevância Conversacional.....105

PARTE VI: PROBLEMAS, CRÍTICAS E PERSPECTIVAS DA LINGÜÍSTICA133

- 1 — *Charles F. Hockett*
Uma nota sobre 'Estrutura'.....135
- 2 — *Willard V.O. Quine*
Reflexões Metodológicas sobre a Teoria Lingüística Atual.....141
- 3 — *Noam Chomsky e Jerrold J. Katz*
Sobre o que o Lingüista está Falando159
- 4 — *Ray C. Dougherty*
Um Exame dos Métodos e Argumentos Lingüísticos.....187
- 5 — *Domenico Parisi e Cristiano Castelfranchi*
As Limitações de Chomsky.....227
- 6 — *Helmut Schnelle*
Problemas da Lingüística Teórica237

PARTE VII: BIBLIOGRAFIA.....269

H. P. Grice

LÓGICA E CONVERSAÇÃO*

É um lugar comum entre lógicos a afirmação de que há, ou parece haver, divergências na significação entre pelo menos alguns dos que eu chamaria símbolos *formais*, a saber $\neg, \wedge, \vee, \rightarrow, (x), E(x), \exists x$ (quando se lhes dá a interpretação standard, em termos de dois valores de verdade) e seus supostos análogos ou contrapartes em línguas naturais — expressões tais como *não, e, ou, se, todos, alguns, (ou pelo menos um), o*. Alguns lógicos podem, talvez, ter desejado afirmar que, de fato, não há tais divergências; mas tais afirmações, se alguma vez foram feitas, foram-no de uma forma irrefletida e por isso aqueles que as fizeram sujeitaram-se a críticas bastante ferozes.

Aqueles que admitem que tais divergências existem concordariam, no essencial, com um ou outro dos dois grupos rivais que, para os propósitos deste artigo, chamarei de grupos formalista e informalista. Um perfil de uma posição formalista característica seria o seguinte: uma vez que os lógicos se ocupam com a formulação de padrões muito gerais de inferências válidas, os símbolos formais possuem uma vantagem decisiva sobre suas contrapartes em línguas naturais. Isto porque será possível construir, em termos desses símbolos formais, um sistema muito geral de fórmulas, um número considerável das quais pode ser tomado como, ou está afeti-

*"Logic and Conversation", parte das William James Lectures (1967), de H.P. Grice. Agradecemos ao autor pela permissão dada para traduzir e publicar este artigo.

vamente relacionado a padrões de inferências cujas expressões envolvem algum ou todos os símbolos: um tal sistema pode consistir em um certo conjunto de fórmulas simples que deve ser aceito se os símbolos têm as significações que lhes tem sido atribuídas, e um número indefinido de outras fórmulas, muitas das quais sem aceitabilidade óbvia, mas cuja aceitabilidade pode ser demonstrada se os membros do conjunto original são aceitáveis. Temos, então, um modo de dar conta de padrões de inferência cuja aceitabilidade não é óbvia; e se, como é possível algumas vezes, pudermos aplicar um procedimento de decisão, teremos um modo ainda melhor (para operar com inferências). Além disso, de um ponto de vista filosófico, o fato de as contrapartes naturais possuírem elementos em sua significação que não correspondem aos símbolos formais é considerado como uma imperfeição das línguas naturais, sendo tais elementos de significação excrescências indesejáveis. A presença de tais elementos tem como resultado o fato de que os conceitos no interior dos quais eles aparecem não possam ser clara e precisamente definidos e que não possa ser, em algumas circunstâncias, atribuído um valor de verdade definido pelo menos para algumas afirmações que os envolvem; a indefinição destes conceitos não é só objetável em si mesma, mas deixa em aberto o caminho para a metafísica — não podemos estar seguros de que nenhuma destas expressões em línguas naturais não seja metafisicamente ‘marcada’. Em função destas razões, as expressões da linguagem corrente não podem ser consideradas como definitivamente aceitáveis e podem ser, no fim das contas, ininteligíveis. O caminho adequado é conceber e começar a construir uma linguagem ideal, incorporando os símbolos formais; língua cujas sentenças serão claras, com valor de verdade determinado, e confiadamente livres de implicações metafísicas; os fundamentos da ciência serão então filosoficamente seguros, uma vez que as afirmações dos cientistas serão expressas (embora não necessariamente o sejam hoje) nesta linguagem ideal. (Não pretendo sugerir que todos os formalistas aceitariam, no todo, este perfil, mas penso que todos aceitariam ao menos parte dele).

A isto tudo, um formalista pode replicar da seguinte maneira: a exigência filosófica de uma linguagem ideal lastreia-

se em certos pressupostos que não devem ser aceitos. Eles incluem os pressupostos de que a medida fundamental pela qual se julga a adequação de uma língua seja sua habilidade para servir às necessidades da ciência; de que não se pode garantir a inteligibilidade completa de uma expressão sem que uma explicação ou análise de sua significação tenha sido dada; e de que cada explicação ou análise deve tomar a forma de uma definição precisa que seja expressão/asserção de uma equivalência lógica. A linguagem serve a muitos propósitos importantes, além daqueles da pesquisa científica; podemos saber perfeitamente bem o que uma expressão significa (e a fortiori que ela é inteligível) sem conhecer sua análise; e uma análise pode (e usualmente o é) consistir na especificação, tão geral quanto possível, das condições que permitem ou impedem a aplicação da expressão que está sendo analisada. Além do mais, enquanto não há dúvida de que os símbolos formais são especialmente sensíveis a um tratamento sistemático pelo lógico, restam os casos em que há muitas inferências e argumentos, expressos em línguas naturais e não em termos destes símbolos, que são, contudo, reconhecidamente válidos. Assim, deve haver lugar para uma lógica não-simplificada, e mais ou menos assistemática, das contrapartes naturais destes símbolos formais; esta lógica deve ser auxiliada e guiada pela lógica simplificada dos símbolos formais mas não pode ser por ela suplantada. Na verdade, não só as duas lógicas diferem mas algumas vezes estão em conflito; regras que valem para um símbolo formal podem não valer para sua contraparte em línguas naturais.

Sobre a questão geral do lugar, em filosofia, da reformulação das línguas naturais, nada terei a dizer neste artigo. Limito-me à disputa em relação às alegadas divergências anteriormente mencionadas. Não tenho, além do mais, nenhuma intenção de entrar na disputa ao lado de qualquer dos concorrentes. Ao contrário, quero sustentar que o pressuposto, comum a ambos os grupos, de que de fato existem divergências é (em linhas gerais) um erro corrente, e que tal erro resulta de não se prestar a devida atenção à natureza e importância das condições que governam a conversação. Por essa razão,

passo agora a examinar as condições gerais que, de uma ou outra forma, se aplicam à conversação como tal, independentemente de seu assunto.

Suponha que A e B estejam conversando sobre um amigo comum C que está, atualmente, trabalhando num banco. A pergunta a B como C está se dando em seu emprego, e B retruca: *Oh, muito bem, eu acho; ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso.* Neste ponto, A deve procurar o que B estava implicando, o que ele estava sugerindo, ou até mesmo o que ele quis dizer ao dizer que C ainda não tinha sido preso. A resposta poderia ser algo do tipo "C é o tipo de pessoa que tende a succumbir às tentações provocadas por sua ocupação", ou "os colegas de C são, na verdade, pessoas muito desagradáveis e desleais", e assim por diante. Naturalmente, será desnecessário A fazer qualquer pergunta a B, pois a resposta, no contexto, é antecipadamente clara. Penso que é claro que tudo o que B implicou, sugeriu, significou, etc., neste exemplo é distinto do que B disse, que foi simplesmente que C não tinha sido preso ainda. Quero introduzir, como termo técnico, o verbo *implicitar* (implicate) e os nomes correspondentes *implicatura* (implicature) e *implicitado* (implicatum). O objetivo é evitar ter que, a cada ocasião, escolher entre este ou aquele membro da família de verbos que *implicitar* representa. Pelo menos por ora, teria de supor uma razoável compreensão intuitiva do significado de *dizer* em tais contextos e uma habilidade para reconhecer verbos particulares como membros da família com que *implicitar* está associado. Posso, no entanto, fazer uma ou duas observações que nos ajudem a esclarecer a mais problemática destas suposições, a saber, a que diz respeito à significação da palavra *dizer*.

No sentido em que estou usando a palavra *dizer*, o que alguém *disse* está intimamente relacionado ao significado convencional das palavras (da sentença) que está usando. Suponha que alguém tenha usado a sentença "He is in the grip of a vice" ("Ele está sob o poder de um vício" ou "Ele está preso pelo torno"). Dado o conhecimento de língua inglesa, mas nenhum conhecimento das circunstâncias de enunciação,

sabe-se alguma coisa sobre o que o falante *disse*, admitindo-se que ele estava falando inglês, e falando literalmente. Sabe-se que ele disse, a respeito de alguma pessoa do sexo masculino ou animal X, que ao tempo da enunciação (qualquer que tenha sido este tempo) uma ou outra coisa : 1) ou que X era incapaz de livrar-se de um certo tipo de traço de mau caráter, 2) ou que alguma parte de X estava presa a um certo tipo de ferramenta ou instrumento (explicação aproximada, naturalmente). Para uma identificação completa do que o falante *disse*, necessitar-se-ia saber (a) a identidade de X; (b) o tempo da enunciação; e (c) o significado, na ocasião particular da enunciação, da seqüência "in the grip of a vice" [uma decisão entre (1) e (2)]. Esta breve indicação do meu uso de *dizer* deixa em aberto a questão de se um homem que diz (hoje) *Harold Wilson é um grande homem* e outro que diz *O primeiro ministro britânico é um grande homem* estariam, se cada um dos falantes sabia que os dois termos singulares têm a mesma referência, dizendo a mesma coisa. Qualquer que seja a decisão a ser tomada a propósito desta questão, o aparato que vou apresentar será capaz de explicar quaisquer implicaturas que dependam da presença de um ou outro destes termos singulares na sentença enunciada. Tais implicaturas estariam somente relacionadas com diferentes máximas.

Em alguns casos a significação convencional das palavras usadas determinará o que é implicado, além de socorrer-nos na determinação do que é *dito*. Se digo (presunçosamente) *Ele é um inglês; ele é, portanto, um bravo*, certamente comprometo-me em virtude da significação de minhas palavras, a que o fato dele ser um bravo é uma seqüência do fato dele ser inglês. Mas embora tenha dito que ele é inglês e que ele é um bravo, não quero dizer que eu TENHA DITO (no sentido aqui favorecido de *dizer*) que decorre dele ser inglês que ele seja um bravo, ainda que eu tenha certamente indicado, e portanto implicado, que isto é verdade. Não quero dizer que minha enunciação desta sentença seria, ESTRITAMENTE FALANDO, falsa se a seqüência em questão não fosse válida. Assim, ALGUMAS implicaturas são convencio-

nais, *ao contrário* daquela com que introduzi esta discussão das implicaturas.

Quero descrever uma certa subclasse de implicaturas não convencionais, que eu chamaria de implicaturas **CONVERSACIONAIS**, como essencialmente conectadas com certos traços gerais do discurso. Assim, meu próximo passo é tentar dizer quais são estes traços do discurso.

Das observações a seguir pode-se obter uma primeira aproximação de um princípio real. Nossos diálogos, normalmente, não consistem em uma sucessão de observações desconectadas, e não seria racional se assim fossem. Fundamentealmente, eles são, pelo menos até um certo ponto, esforços cooperativos, e cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita. Este propósito ou direção pode ser fixado desde o início (por exemplo pela proposição inicial de uma questão para discussão) ou pode evoluir durante o diálogo; pode ser claramente definido ou ser bastante indefinido a ponto de deixar aos participantes considerável liberdade (como numa conversação casual). Mas a cada estágio, **ALGUNS** movimentos conversacionais possíveis seriam excluídos como inadequados. Podemos formular, então, um princípio muito geral que se esperaria (*ceteris paribus*) que os participantes observassem: Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado. Pode-se denominar este princípio de **PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO**.

Supondo que um tal princípio seja aceitável, pode-se talvez distinguir quatro categorias sob uma ou outra das quais cairão certas máximas e submáximas mais específicas, que produzirão, em geral, resultados em acordo com o Princípio de Cooperação. Imitando Kant, chamarei estas categorias de Quantidade, Qualidade, Relação e Modo. A categoria da **QUANTIDADE** está relacionada com a quantidade de informação a ser fornecida e a ela correspondem as seguintes máximas:

1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação).

2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.

(A segunda máxima é questionável; pode-se dizer que ser super-informativo não é uma transgressão do Princípio de Cooperação mas meramente uma perda de tempo. No entanto, pode-se responder que tal super-informatividade pode causar confusão na medida em que é capaz de gerar questões secundárias; e pode haver também um efeito indireto, na medida em que os ouvintes podem ser levados ao engano, ao inferir que há algum objetivo particular no fornecimento do excesso de informações. Seja como for, pode ainda haver uma razão diferente para por em questão a aceitação desta segunda máxima, a saber, o fato de que seus efeitos serão assegurados por uma máxima posterior, que diz respeito à relevância).

Sob a categoria da **QUALIDADE** encontramos a supermáxima "Trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira" e duas máximas mais específicas:

1. Não diga o que você acredita ser falso.

2. Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada.

Sob a categoria da **RELAÇÃO**, coloco uma única máxima, a saber "Seja relevante". Embora a máxima em si seja muito concisa, sua formulação oculta vários problemas que me preocupam muito: questões a propósito de que tipos de foco de relevância podem existir, como se modificam no curso da conversação, como dar conta do fato de que os assuntos da conversação são legitimamente mudados, e assim por diante. Considero o tratamento de tais questões excessivamente difícil e espero retornar a elas em um trabalho posterior.

Finalmente, sob a categoria do **MODO**, que entendo como relacionado não a *o que* é dito (como nas categorias anteriores), mas sim a *como* o que é dito deve ser dito, incluo a supermáxima — "Seja claro" — e várias máximas tais como:

1. Evite Obscuridade de expressão.
 2. Evite ambiguidades.
 3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
 4. Seja ordenado.,
- podendo-se necessitar ainda de outras.

É óbvio que a observância de algumas destas máximas é menos imperativa do que o é a observância de outras; uma pessoa que se expressou com prolixidade indevida estaria, em geral, sujeita a comentários mais brandos do que aquela que tivesse dito alguma coisa que acredita ser falsa. Na verdade, pode-se pensar que a importância da primeira máxima da Qualidade (pelo menos) é tal que não precisaria estar incluída num esquema do tipo que estou construindo: outras máximas operam somente supondo-se que esta máxima da Qualidade esteja sendo cumprida. Embora isto possa ser verdade, esta máxima parece exercer um papel não totalmente diferente das outras, no que diz respeito à geração de implicaturas, e será conveniente, ao menos por ora, tratá-la como um membro da lista de máximas.

Há, naturalmente, toda sorte de outras máximas (de caráter estético, social ou moral), tais como "Seja polido", que são também normalmente observadas pelos participantes de uma conversação, e estas máximas também podem gerar implicaturas não-convencionais. No entanto, as máximas convencionais e as implicaturas convencionais que delas dependem estão especialmente correlacionadas (eu espero) com os propósitos particulares a que a fala (e o diálogo) normalmente serve e tem por função primeira servir. Estabeleci minhas máximas como se este propósito fosse uma troca de informações maximamente efetiva; esta especificação, naturalmente, é demasiado estreita e o esquema tem que ser generalizado para abranger propósitos gerais tais como influenciar ou dirigir as ações de outros.

Como um dos meus princípios declarados é ver a fala como um caso especial ou variedade do comportamento intencional, ou melhor, racional, pode ser interessante notar que as expectativas específicas ou presunções correlacionadas com algumas das máximas precedentes têm seus paralelos na

esfera das transações que não são diálogos. Enumerarei racionalmente um desses paralelos para cada categoria conversacional.

1. *Quantidade*. Se você está me ajudando a consertar um carro, espero que sua contribuição seja nem mais nem menos do que o exigido; se, por exemplo, num estágio particular eu precisar de quatro parafusos, espero que você me alcance quatro e não dois ou seis parafusos.

2. *Qualidade*. Espero que sua contribuição seja genuína e não espúria. Se necessito açúcar como um ingrediente para o bolo que você está me ajudando a fazer, espero que você não me alcance o sal; se preciso de uma colher, espero que você não me passe uma colher de borracha usada por prestidigitadores.

3. *Relação*. Espero que a contribuição seja apropriada às necessidades imediatas de cada estágio da transação; se estou mexendo os ingredientes de um bolo, não espero que me seja alcançado um bom livro ou mesmo uma forma (embora esta possa ser uma contribuição apropriada num estágio posterior).

4. *Modo*. Espero que quem estiver me ajudando deixe clara qual a contribuição que está fazendo e que a execute com razoável rapidez.

Estas analogias são relevantes para o que considero ser uma questão fundamental a respeito do Princípio de Cooperação e das máximas a ele atinentes: qual é a base para a suposição, que parecemos fazer e de que dependerá um grande número de implicaturas, de que os falantes, em geral, (*ceteris paribus* e na ausência de indicações em contrário) procederão na forma prescrita por estes princípios. Uma resposta pouco interessante, mas sem dúvida em certo nível adequada, é que é um fato empírico bem conhecido que as pessoas se COMPORTAM desta maneira; elas aprenderam a agir assim na infância e não abandonaram o hábito de assim o fazer; e, na verdade, uma ruptura radical com tal hábito exigiria um grande esforço. É muito mais fácil, por exemplo, falar a verdade do que inventar mentiras.

Sou, no entanto, suficientemente racionalista para

querer encontrar uma base subjacente a estes fatos, embora sendo eles evidentes, gostaria de ser capaz de conceber o tipo standard de prática conversacional não meramente como alguma coisa que todos ou a maioria de fato acata, mas como algo que é, para nós, RAZOÁVEL acatar, como algo que nós devêssemos acatar. Por algum tempo, estive inclinado a pensar que a observância do Princípio de Cooperação e das máximas, na conversação, poderia ser considerada como uma questão quase-contratual, com paralelos fora da área do discurso. Se você passar por perto quando eu estiver lutando com meu carro enguiçado, sem dúvida terei algum grau de expectativa de que você oferecerá socorro, e uma vez que você se junte a mim sob o capô na tentativa de consertá-lo, minhas expectativas tornam-se mais fortes e tomam formas mais específicas (na ausência de indicações de que você seja meramente um curioso incompetente); e as conversações me pareciam exibir, caracteristicamente, alguns traços que, em conjunto, distinguem as relações cooperativas:

1. Os participantes têm algum objetivo imediato comum, como consertar um carro; seus objetivos últimos, naturalmente, podem ser independentes e até conflitantes — cada um pode querer consertar o carro a fim de usá-lo, deixando o outro sem carro. No diálogo típico há um objetivo comum, ainda que, como na conversa ocasional de vizinhos no quintal, ele seja um objetivo de segunda ordem, a saber: que cada parceiro se identifique, temporariamente, com os interesses conversacionais transitórios do outro.
2. As contribuições dos participantes deveriam ser encadeadas e mutuamente dependentes.
3. Há algum tipo de entendimento (que pode ser explícito mas que é frequentemente tácito) de que, permanecendo as demais condições, a transação continuará em estilo apropriado a menos que ambas as partes concordem com seu término. Você não abandona simplesmente a transação, ou começa a fazer outra coisa.

Mas, embora uma parte desta base quase-contratual possa se aplicar a alguns casos, há muitos tipos de intercâmbio linguísticos, como discussões ou correspondência, que

ela não permite explicar com facilidade. De qualquer modo, percebe-se que o falante irrelevante ou obscuro desaponta não só a sua audiência mas a si próprio. Gostaria de mostrar que a observância do Princípio de Cooperação e das máximas é razoável (racional) da seguinte forma: pode-se esperar que quem quer que se preocupe com os objetivos que são centrais na conversação/comunicação (por exemplo, dar ou receber informações, influenciar ou ser influenciado por outros) tenha interesse, dadas as circunstâncias apropriadas, em participar de conversações proveitosas, somente supondo que elas são conduzidas de acordo com o Princípio de Cooperação e as máximas. Não sei se tal conclusão pode ser obtida, mas estou seguro de que não posso obtê-la até saber muito mais claramente qual a natureza da relevância e das circunstâncias em que ela é exigida.

É hora de mostrar a conexão entre o Princípio de Cooperação e as máximas, de um lado, e as implicaturas conversacionais de outro.

Um participante de um diálogo pode deixar de cumprir uma máxima de várias maneiras, entre as quais se incluem:

1. Ele pode, calma e não ostensivamente, *violar* uma máxima. Se isto ocorre, em alguns casos ele estará sujeito a provocar malentendidos.
2. Ele pode *colocar-se fora* da esfera de atuação tanto das máximas quanto do Princípio de Cooperação; ele pode dizer, indicar ou permitir que se compreenda que ele não quer cooperar na forma exigida pelas máximas. Poderá dizer, por exemplo, *Eu não posso mais falar; meus lábios estão selados*.
3. Ele pode estar enfrentando um *conflito*: ele pode, por exemplo, ser incapaz de cumprir a primeira máxima da Quantidade (Seja tão informativo quanto exigido) sem violar a segunda máxima de Qualidade (Tenha evidência adequada para o que diz).
4. Ele pode *abandonar* uma máxima, isto é, pode espalhafatosamente deixar de cumpri-la. Na hipótese de que o falante é capaz de cumprir a máxima e de cumpri-la sem violar outra máxima (devido a um conflito), de que não está colocando-se fora, e de que não está, face ao espalhafato

de seu desempenho, tentando enganar seu interlocutor, o ouvinte está diante de um pequeno problema: como pode o fato do locutor ter dito o que disse ser reconciliado com a suposição de que ele está observando o Princípio de Cooperação? Esta é uma situação que caracteristicamente gera uma implicatura conversacional; e quando uma implicatura conversacional é gerada deste modo, eu direi que uma máxima está sendo *utilizada* (exploited).

Agora estou em condições de caracterizar a noção de implicatura conversacional. Se uma pessoa, ao (por, quando) dizer (ou fazer como se tivesse dito) que p, implicou que q, pode-se dizer que ela implicou conversacionalmente q desde que (1) pode-se presumir que ela esteja obedecendo às máximas conversacionais ou pelo menos ao Princípio de Cooperação; (2) a suposição de que ela esteja consciente de que (ou pense que) q é necessária para tornar o seu dizer p ou fazer como se dissesse p (ou fazê-lo NAQUELES termos) consistente com a presunção acima; e (3) o falante pensa (e espera que o ouvinte pense que ele pensa) que faz parte da competência do ouvinte deduzir, ou compreender intuitivamente, que a suposição mencionada em (2) é necessária. Apliquemos isto a meu exemplo inicial, à observação de B de que C ainda não tinha sido preso. Numa situação apropriada, A poderia raciocinar assim: '(1) B aparentemente violou a máxima 'Seja relevante'; e assim pode-se considerar que tenha abandonado uma das máximas que exigem clareza, mas não tenho motivos para supor que ele esteja colocando-se fora do Princípio de Cooperação; (2) dadas as circunstâncias, posso encará-la sua irrelevância como apenas aparente se, e somente se, suponho que ele acha que C é potencialmente desonesto; (3) B sabe que sou capaz de deduzir (2). Logo, B implicou que C é potencialmente desonesto'.

A presença de uma implicatura conversacional deve poder ser deduzida, elaborada; pois, ainda que possa ser intuitivamente compreendida, se a intuição não for substituída por um argumento, a implicatura (se presente) não contará como implicatura CONVERSACIONAL; será uma implicatura CONVENCIONAL. Para deduzir que uma implicatu-

ra conversacional determinada se faz presente, o ouvinte operará com os seguintes dados: (1) o significado convencional das palavras usadas, juntamente com a identidade de quaisquer referentes pertinentes; (2) o Princípio de Cooperação e sua máximas; (3) o contexto, linguístico ou extralinguístico, da enunciação; (4) outros itens de seu conhecimento anterior (background); e (5) o fato (ou fato suposto) de que todos os itens relevantes cobertos por (1)-(4) são acessíveis a ambos os participantes, e ambos sabem ou supõem que isto ocorra. Um padrão geral para a dedução de uma implicatura conversacional pode ser formulado assim: 'Ele disse que p; não há nenhuma razão para supor que ele não esteja observando as máximas ou pelo menos o Princípio de Cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que ele pense que q; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que posso ver que a suposição de que ele pensa que q é necessária; ele não deu qualquer passo para impedir que eu pensasse que q; ele tem a intenção de que eu pense, ou pelo menos quer deixar que eu pense que q; logo, ele implicou que q'.

Oferecerei alguns exemplos, que dividirei em três grupos:

GRUPO A: *Exemplos em que nenhuma máxima é violada, ou pelo menos em que não é claro que qualquer máxima esteja sendo violada.*

A está parado, obviamente em função de um problema no carro, e dele se aproxima B; a seguinte conversação ocorre:

(1) A — *Estou sem gasolina.*

B — *Há um posto na próxima esquina.*

(Interpretação: B estaria infringindo a máxima 'Seja relevante' a menos que ele pense, ou pense que seja possível que o posto esteja aberto e tenha gasolina para vender; assim, ele implicou que o posto está aberto, ou pelo menos pode estar aberto, etc.)

Neste exemplo, ao contrário da observação 'Ele ainda não foi preso', a conexão estabelecida entre a fala de B e a fala de A é tão óbvia que, mesmo se alguém interpretasse

a supermáxima de MODO 'Seja claro' como não se aplicando somente à expressão do que é dito mas também à conexão do que é dito com o discurso adjacente, parece não haver motivo para considerar que tal supermáxima tenha sido violada. No próximo exemplo este aspecto é talvez um pouco menos claro:

(2) A — *Smith parece estar sem namorada ultimamente.*

B — *Ele tem ido muito a Nova Iorque.*

B implicita que Smith tem, ou pode ter, uma namorada em Nova Iorque. (Em vista do comentário feito no exemplo anterior, é desnecessário fazer aqui uma interpretação).

Em ambos os exemplos o falante implicita o que se deve supor que ele acredita a fim de preservar a hipótese de que ele está observando a máxima da relação.

GRUPO B: *Um exemplo em que uma máxima é violada, mas sua violação se explica pela suposição de um conflito com outra máxima.*

A está planejando com B um itinerário de férias na França. Ambos sabem que A deseja ver seu amigo C, desde que para tanto não seja necessário alterar muito o trajeto:

(3) A — *Onde C mora?*

B — *Em algum lugar do sul da França.*

(Interpretação: Não há nenhuma razão para supor que B esteja optando por fugir ao cumprimento das máximas; sua resposta é, como ele bem sabe, menos informativa do que o exigido pela pergunta de A. Esta transgressão da primeira máxima da Quantidade pode ser explicada somente pela suposição de que B está consciente de que ser mais informativo seria dizer alguma coisa que violaria a máxima da Qualidade 'Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada'. Assim, B implicitou que ele não sabe em que cidade C mora.)

GRUPO C: *Exemplos que envolvem o emprego de um procedimento pelo qual o falante abandona uma máxima com o propósito de obter uma implicatura conversacional por meio de algo cuja natureza se aproxima de uma figura de linguagem.*
Nestes exemplos, embora alguma máxima seja violada

no nível do que é dito, o ouvinte tem o direito de confiar em que esta máxima, ou pelo menos o princípio fundamental da cooperação, está sendo observada ao nível do que é implicado.

(1a) *Um abandono da primeira máxima da Quantidade.*

A está escrevendo uma recomendação a propósito de um aluno que é candidato a um emprego de professor de filosofia, e em sua carta se lê: 'Prezado senhor, o conhecimento de Inglês do senhor X é excelente, ele tem participado regularmente das nossas aulas. Sem mais, etc.' (Interpretação: A não pode estar optando por fugir do cumprimento das máximas, já que se ele desejasse não cooperar, por que escrever a carta? Ele não está incapacitado de dizer mais, em função de desconhecimento, já que a pessoa de que se trata é seu aluno; além disso ele sabe que quem pediu a carta deseja mais informações do que as que está prestando. Deve, portanto, estar desejando dar informações que não deseja colocar por escrito. Esta suposição é sustentável somente sob a hipótese de que ele pensa que o senhor X não é um bom filósofo. É isto, então, que ele está implicando).

Exemplos extremos de oposição à primeira máxima da Quantidade são obtidos em enunciações de tautologias evidentes, como 'Mulheres são mulheres' e 'Guerra é guerra'. Parece-me que ao nível do que é dito, no sentido por mim favorecido, tais observações são totalmente não-informativas e assim, neste nível, só podem estar violando a primeira máxima da Quantidade em qualquer contexto conversacional. Elas são, naturalmente, informativas ao nível do que é implicado, e a identificação, pelo ouvinte, de seu conteúdo informacional, neste nível, depende de sua habilidade para explicar a seleção, pelo falante, desta tautologia específica.

(1b) *Uma violação da segunda máxima da Quantidade ('Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido'), supondo-se que existe efetivamente tal máxima:*

A deseja saber se p, e B voluntariamente não só fornece a informação de que p, mas também informa que é certo que p, e que a justificação para isto é tal e tal.

A loquacidade de B pode ser involuntária, e se é assim

considerada por A, isto pode fazer com que A duvide que B esteja tão certo como diz que está ('Methinks the lady doth protest too much' — Parece-me que a mulher protesta demais). Mas se tal fala for considerada proposital, seria um modo indireto de comunicar que há alguma dúvida quanto ao fato de p ocorrer ou não. Entretanto, poder-se-ia afirmar que tal implicatura poderia ser explicada com base na máxima de Relação, sem invocar a suposta segunda máxima da Quantidade.

(2a) *Exemplos em que a primeira máxima da Qualidade é abandonada.*

1. *Ironia* — X, a quem A sempre confiou seus segredos, revelou um segredo de A a um concorrente seu. Tanto A quanto seus ouvintes sabem disso. A diz: 'X é um excelente amigo'. (Interpretação: É perfeitamente óbvio para A e seus ouvintes que o que A disse ou fez como se tivesse dito é algo em que ele não creê, e os ouvintes sabem que A sabe que isto é óbvio para eles. Assim, a não ser que a enunciação de A seja inteiramente sem propósito, A deve estar tentando comunicar alguma outra proposição que não a que parece estar dizendo. Tal proposição deve ser obviamente relacionada com a que parece estar dizendo, e a proposição mais obviamente relacionada é a contraditória da que ele parece estar dizendo.

11. *Metáfora* — Exemplos como *Você é o açúcar do meu café* contêm, caracteristicamente, falsidade categorial, de modo que a contraditória do que o falante fingiu dizer é, estritamente falando, um truismo. Assim, não pode ser ISTO o que um tal falante está tentando comunicar. A suposição mais provável é que o falante está atribuindo a seu ouvinte algum traço ou traços pelos quais o ouvinte se assemelha (mais ou menos ficticiamente) à substância mencionada. É possível combinar metáfora e ironia pela imposição ao ouvinte de dois estágios de interpretação. Digo: *Você é o açúcar do meu café* com a intenção de que o ouvinte procure primeiro a interpretação metafórica e depois a interpretação irônica ('Você é minha perdição').

111. *Meiose* (Eufemismo) — Referindo-se a um homem

que, como todos sabem, tenha quebrado todos os móveis de sua casa, alguém diz: *Ele estava um pouco intoxicado.*

IV. *Hipérbole* — 'Toda menina bonita ama um marido'.

(2b) *Exemplos em que a segunda máxima da Qualidade ('Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada') esteja sendo abandonada* não são nada fáceis de encontrar, mas parece que o exemplo a seguir é um exemplo típico. A respeito da esposa de X, digo: *Provavelmente ela o está enganando esta noite*. Num contexto apropriado, ou com um gesto ou tom de voz apropriados, pode ficar claro que não tenho qualquer razão adequada para supor que isto seja verdade. Meu ouvinte, para preservar a suposição de que o jogo conversacional ainda está sendo jogado, supõe que estou tentando comunicar alguma proposição relacionada àquela, para cuja aceitação eu disponho de uma base razoável. Tal proposição pode bem ser que a esposa de X costuma enganar seu marido ou possivelmente que ela é o tipo de pessoa que não se inibiria diante de tal conduta.

(3) *Exemplos em que uma implicatura é obtida pela violação real, distinta e não aparente da máxima de Relação* são talvez muito raros, mas o exemplo seguinte parece ser um bom exemplo. Numa recepção social, A diz: *A senhora X é uma chata*. Há um momento de silêncio constrangedor, e B então diz: *O tempo tem estado ótimo neste verão, não é?* B recusou-se ostensivamente a tornar o que ELE diz relevante à afirmação anterior de A. Desta forma ele implicou que a observação de A não deve ser discutida e, talvez mais especificamente, que A cometeu uma gafe social.

(4) *Exemplos em que várias máximas subordinadas à supermáxima 'Seja claro' são abandonadas.*

1. *Ambigüidade* — Lembremo-nos de que estamos tratando somente de ambigüidades deliberadas, que o falante pretende ou espera que sejam reconhecidas pelo seu ouvinte. O problema que o ouvinte tem para resolver é saber porque o falante, que ainda está jogando o jogo conversacional, teria se esforçado tanto para escolher um enunciado ambíguo. Há dois tipos de casos:

- (a) Exemplos em que não há diferença, ou não há diferença marcante, entre as duas interpretações de um enunciado com respeito à sua compreensibilidade imediata mais sofisticada, menos corrente, mais inacessível ou mais extravagante do que a outra. Podemos considerar os versos de Blake: "Never seek to tell love / Love that never told can be" (Nunca confesse seu amor / Amor que nunca pode ser confessado). Para evitar as complicações introduzidas pela presença do modo imperativo, considerarei a sentença correlata: *I sought to tell my love, love that never told can be*. (Eu procurei confessar (a) meu amor / amor que nunca pode ser confessado). Pode haver uma dupla ambigüidade aqui. *My love* (meu amor) pode referir-se tanto ao estado emocional quanto ao objeto desta emoção, e *love that never told can be* (amor que nunca pode ser confessado) tanto pode significar 'love that cannot be told' (amor que não pode ser confessado) quanto 'love that if told cannot continue to exist' (amor que, se confessado, não pode continuar a existir). Em parte por causa da sofisticação do poeta, e em parte pela estrutura interna do poema (que sustenta a ambigüidade), parece não haver alternativa senão supor que as ambigüidades são deliberadas e que o poeta está exprimindo ambos os significados, correspondentes às duas interpretações, embora não haja dúvida de que o poeta não está dizendo explicitamente qualquer uma destas coisas mas somente sugerindo-as (Cf. 'Since she [nature] pricked thee out of women's pleasure, mine be thy love, and thy love's use their treasure' — Já que ela [a natureza] te arrancou do prazer das mulheres, que seja meu o teu amor, e de teu amor (o) uso de seus tesouros').
- (b) Exemplos em que uma interpretação é notoriamente menos diretamente acessível do que a outra. Tomemos o exemplo do general britânico que capturou a cidade de Sind (Pecado) e mandou ao quartel-general a mensagem *Peccavi*. A ambigüidade envolvida

('I have Sind' / 'I have sinned' — 'Eu tenho Pecado' / 'Eu tenho pecado') é fonêmica, não morfêmica; e a expressão usada não é ambígua, mas uma vez que expressa numa língua estranha para falante e ouvinte, é preciso traduzi-la e a ambigüidade reside na tradução standard em inglês coloquial).

Quer a interpretação mais direta ('I have sinned') esteja sendo transmitida quer não, parece que a interpretação menos direta está. Pode haver razões estilísticas para transmitir através de uma sentença meramente sua interpretação menos direta, mas seria inútil e talvez também estilisticamente condenável, esforçar-se para encontrar uma expressão que indiretamente transmita p, impondo desta forma um esforço à audiência para que encontre esta interpretação, se esta interpretação não for aquela que se quer comunicar. Para determinar se a interpretação mais direta também está sendo transmitida, é preciso ver se tal suposição conflitaria com outras exigências conversacionais. Por exemplo: seria ela relevante? seria algo que se pode supor que o falante aceita? e assim por diante. Se tais exigências não são satisfeitas, então a interpretação mais direta não está sendo transmitida. Se, ao contrário, são satisfeitas, então tal interpretação está sendo transmitida. Se se pudesse supor com naturalidade que o autor de *Peccavi* pensa que tivesse cometido algum tipo de transgressão, por exemplo, que tivesse desobedecido ordens ao capturar Sind, e se a referência a tal transgressão fosse relevante para os interesses presumidos da audiência, então ele teria transmitido ambas as interpretações: de outra forma, ele estaria somente transmitindo a interpretação menos direta.

11. *Obscuridade* — Como explorar, para os propósitos da comunicação, uma violação aberta e deliberada da exigência de que devo evitar a obscuridade? Obviamente, se o princípio de cooperação está operando, pretendo que meu ouvinte entenda o que estou dizendo a despeito da obscuridade que estou introduzindo em minha enunciação. Suponha que A e B estejam conversando na presença de uma terceira pessoa, por exemplo uma criança; A pode estar sendo deliberadamente

obscuro, embora não excessivamente obscuro, na esperança de que B entenda e que a terceira pessoa não entenda. Além disso, se A espera que B note que A está sendo deliberadamente obscuro, parece razoável supor que, ao fazer sua contribuição conversacional desta forma, A está implicando que o conteúdo de sua comunicação não deveria ser comparado com a terceira pessoa presente.

III. Falha em ser breve ou sucinto — Compare estes enunciados:

(a) *A senhora X cantou 'Home sweet home'.*

(b) *A senhora X produziu uma série de sons que correspondem exatamente à partitura de 'Home sweet home'.*

Suponha que um crítico musical tenha escolhido usar (b) e não (a). (Interpretação: Por que ele selecionou esta forma enrolada de falar em lugar da forma concisa e sinônima evidente entre o desempenho da senhora X e daqueles a quem a palavra *cantar* normalmente se aplica. A suposição mais óbvia é que o desempenho da senhora X foi terrivelmente defeituoso. O crítico sabe que esta suposição saltará aos olhos e é o que ele está implicando).

Considerarei mais demoradamente casos que posso chamar de implicaturas conversacionais particularizadas — isto é, casos em que uma implicatura é veiculada ao dizer-se p numa ocasião particular em virtude de características especiais do contexto, casos em que não se poderia sugerir que uma implicatura deste tipo é NORMALMENTE veiculada ao enunciar-se p. Mas há também casos de implicatura conversacional generalizada. As vezes, o uso de uma certa combinação de palavras numa enunciação pode acarretar normalmente (na AUSÊNCIA de circunstâncias especiais) uma implicatura tal e tal ou um determinado tipo de implicatura. Exemplos indiscutíveis são raros, já que é muito tentador tratar uma implicatura conversacional generalizada como se fosse uma implicatura convencional. Ofereço um exemplo que, espero, possa ser um exemplo suficientemente indiscutível.

Alguém que use uma sentença da forma *X está se*

encontrando com uma mulher esta noite normalmente implicaria que a pessoa a ser encontrada é alguém que não seja a mulher, a mãe, a irmã ou talvez até mesmo uma grande amiga platônica de X. Da mesma forma, se eu disser *X foi a uma casa ontem e encontrou uma tartaruga em frente à porta*, meu ouvinte certamente se surpreenderia se mais tarde eu dissesse que a casa em questão era a própria casa de X. Eu poderia apresentar fenômenos linguísticos similares envolvendo expressões como *um parque, um carro, um colégio*, etc. Algumas vezes, entretanto, não haveria normalmente uma tal implicatura ('Estive sentado num carro toda a manhã') e algumas vezes há uma implicatura oposta ('Quebrei um dedo ontem'). Inclino-me a pensar que ninguém ouviria com simpatia um filósofo que sugerisse que a expressão *um X* tem três sentidos: num sentido significa aproximadamente "algo que satisfaz às condições definitórias da palavra X"; noutro, significa aproximadamente "um X (no primeiro sentido) que só remotamente se relaciona de determinado modo, a alguma pessoa indicada pelo contexto"; e ainda noutro, significa "um X (no primeiro sentido) que está intimamente relacionado, de determinado modo, a alguma pessoa indicada pelo contexto". Preferíamos uma explicação da seguinte forma (que, naturalmente, pode ser incorreta em detalhe): Quando alguém, ao usar a expressão *um X*, implica que X não pertence a ou não está estreitamente relacionado (de alguma outra maneira) a alguma pessoa identificável, há implicatura porque o falante não foi específico da forma que se poderia esperar que fosse; consequentemente assumir-se-á que ele não está em condições de ser específico. Esta é uma situação familiar de implicatura e é classificável como um não cumprimento, por uma ou outra razão, da primeira máxima da Quantidade. A última dificuldade é saber porque, em certos casos, se deve presumir, independentemente de informações sobre contextos particulares de enunciação, que a especificação da conexão, estreita ou remota, entre uma pessoa particular ou objeto e a pessoa que é mencionada ou indicada pela enunciação seja provavelmente de interesse. A resposta deve ser mais ou menos esta: intercâmbios entre uma pessoa e outras pessoas ou coisas

estritamente ligadas a ela estão sujeitos a ser, quanto a suas circunstâncias concomitantes e seus efeitos, muito diferentes do mesmo tipo de intercâmbio envolvendo pessoas ou coisas só remotamente ligadas; as circunstâncias concomitantes e efeitos, por exemplo, de minha descoberta de uma goteira em MEU teto provavelmente são muito diferentes das circunstâncias concomitantes e efeitos de minha descoberta de uma goteira no teto da casa de qualquer outra pessoa. A informação, como o dinheiro, é muitas vezes dada sem saber o que fará dela o receptor. Se alguém, para quem um intercâmbio é mencionado, examina-o ulteriormente, é provável que deseje respostas para questões que o falante pode não ser capaz de identificar antecipadamente; se a especificação apropriada capacitasse o ouvinte a responder muitas dessas questões por si só, então há uma presunção de que o falante deveria incluí-la em sua enunciação; caso contrário, não há tal presunção.

Finalmente, podemos agora mostrar que a implicatura conversacional, sendo o que é, deve possuir certos traços:

1. Já que, para supor a presença de uma implicatura conversacional, temos que supor que ao menos o Princípio de Cooperação está sendo observado, e já que é possível observar ou não este princípio, segue-se que uma implicatura conversacional generalizada pode ser cancelada num caso particular. Pode ser explicitamente cancelada por uma frase adicional que afirma ou implica que o falante decidiu não observar o CP, ou pode ser contextualmente cancelada, se a forma da enunciação que usualmente veicula a implicatura é usada num contexto que torna claro que o falante está optando por não observar o Princípio de Cooperação.

2. Na medida em que o cálculo da presença de uma implicatura conversacional exige, além de informação contextual e de fundo, um conhecimento do que foi dito (ou do valor convencional da enunciação) e na medida em que o modo de expressão não desempenha papel algum em tal cálculo; não será possível encontrar outro modo de dizer a mesma coisa que não veicule a implicatura em questão, exceto se algum traço especial da versão substituída é relevante

para a determinação de uma implicatura (em virtude de uma das máximas de MODO). Se chamarmos esta propriedade de NÃO-SEPARABILIDADE (NONDETACHABILITY), pode-se esperar que uma implicatura conversacional generalizada que é veiculada por uma locução familiar, não especial, tenha um alto grau de não-separabilidade.

3. Em termos aproximados, já que o cálculo da presença de uma implicatura conversacional pressupõe um conhecimento inicial da força convencional da expressão cuja enunciação a veicula, o implicado conversacionalmente não está incluído na especificação original da força convencional da expressão. Embora possa não ser impossível que comece como uma implicatura conversacional, tornando-se depois convencionalizado, para supor que isto esteja ocorrendo em determinado caso é necessário uma justificativa especial. Assim, inicialmente ao menos, os implicados conversacionais não são parte do significado das expressões cujo uso os produz.

4. Já que a verdade de um implicado conversacional não é requerida pela verdade do que é dito (o que é dito pode ser verdadeiro — o que é implicado pode ser falso), a implicatura não é veiculada pelo que é dito, mas somente pelo dizer o que é dito, ou por 'expressá-lo deste modo'.

5. Já que calcular uma implicatura conversacional é calcular o que deve ser suposto a fim de preservar a suposição de que o Princípio de Cooperação está sendo observado, e já que pode haver várias explicações específicas possíveis, formando às vezes uma lista aberta, o implicado conversacional em tais casos será a disjunção de tais explicações específicas; e se a lista é aberta, o implicado terá exatamente o tipo de indeterminação que muitos implicados efetivos parecem ter.

(Traduzido por João Wanderley Geraldi)